

Paulo Guinote

***A Educação  
do meu Umbigo***

## O Estatuto da Escravidão Docente

### 5. Direitos alguns, deveres trinta e um

Há uns dias a propósito do «passeio do descontentamento» de alguns militares, e independentemente do que eu acho ou não acho sobre essa iniciativa, ouvi com particular pasmo uma tirada do engenheiro Sócrates, primeiro-ministro em exercício de um Estado de Direito, afirmar que a **«a Liberdade é dada pela Lei»**.

Eu não quero aqui entrar por aqueles meandros esconsos sobre a natureza e a riqueza dos estudos do nosso primeiro, porque isso é um assunto dele próprio e quase diria da sua consciência, pois já foi assunto por de mais discutido sem se chegar a nenhuma conclusão feliz. No entanto, fico espantado porque, após passar por duas juventudes partidárias, seria de esperar um pouco mais de **profundidade** na sua formação política.

Com que então a Liberdade, num estado democrático e liberal, é dada pela Lei? **Não se passará exactamente o inverso, aquela conversa dos tipos do Iluminismo de que nascemos todos livres e iguais perante a Lei** e que esta é exactamente uma convenção social destinada a limitar a Liberdade, no que o seu exercício desregrado pode levar à perturbação das liberdades alheias?

Ao que parece devo ter lido tudo mal quando estudei a coisa e mesmo mais tarde quando fiz umas leituras, certamente erróneas, sobre o tema. E começo a ficar tanto mais convencido disso quanto começo a analisar os tratos de polé que este Governo reserva às regras básicas do Direito, com a retroactividade à cabeça. No entanto, **há outros momentos em que me parece que afinal estou certo, sendo disso exemplo modelar o ECD ministerial na parte em que se detém na enumeração dos direitos e deveres dos docentes.**

Bem, o caso da enumeração dos direitos passa depressa: no artigo 4.º despacha-se em passo acelerado meia dúzia deles, depois especificados nos artigos seguintes, mas é só o que há. **Temos seis direitos de acordo com o nosso estatuto profissional e não nos cansemos mais com isso. Já no caso dos deveres o legislador assumiu o seu papel paternalista e controlador, decidindo enumerar de forma exaustiva todos os deveres que lhe ocorreu e talvez mais alguns soprados ao**

**ouvido por um qualquer transeunte de circunstância:** deveres gerais, para além dos relativos a toda a função pública, temos logo oito (artigo 10.º); para com os alunos temos dez (art.º 10.º-A); para com a escola e outros docentes são oito (art.º 10.º-B); para com os pais e encarregados de educação temos mais cinco (art.º 10.º-C). **São trinta e um (31)**, um para cada dia dos meses mais longos.

Não me incomoda propriamente o desnível entre direitos e deveres. Afinal, nem seria de esperar outra coisa em tempos e em protagonistas tão afeiçãoados ao mérito, à autonomia, à inovação e a todas essas coisas. O que acho curioso é que, afinal, para o ministério da Educação a Lei sirva efectivamente para condicionar ou determinar os limites da acção dos docentes, o que equivale a limitar a sua Liberdade. O que também não é necessariamente mau. Aliás, se ainda se lembram, **essa até é a minha ideia sobre a função da Lei.**

**O engenheiro Sócrates é que acha que não.** Ele acha que a Liberdade é dada pela Lei. Se possível a Lei por ele aprovada. **Acho que o Luís XIV se não tivesse achado mais lapidar e singela a fórmula «Estado sou Eu» teria usado como alternativa «a Liberdade é dada pela Lei e a Lei quem a dá sou Eu».**

*Publicado a 4 de Dezembro de 2006*

## **As faltas, a velha desculpa das faltas**

**Eu gostava de ter um estudo comparativo a sério das faltas dos docentes em relação a outros sectores de actividade, pública e privada.** A sério que gostava. Não é difícil de fazer se não for feita batota e se forem especificadas com clareza as razões das **faltas** que nem sempre coincidem com as aulas não dadas. São coisas diferentes, parecendo que não. E gostava de ver os resultados, ora lá se gostava.

Eu exemplifico: **quando uma turma está um mês sem aulas porque um professor não é colocado isso dá um certo número de aulas não dadas, mas será justificável incluir isso nas faltas?** Ou quando se processa uma substituição de uma professora que entra em licença de

maternidade? **Ou quando o ministério decide, fora de tempo, chamar um docente para fazer profissionalização, o que acarreta uma redução de seis horas lectivas, e essas horas ficam penduradas semanas a fio até que alguém as agarre**, o que é difícil pois o salário correspondente é miserável e nem sequer conta para tempo de serviço? E neste caso, lembremo-nos de que as escolas não têm autonomia para distribuir essas horas pelos docentes já em funções, porque isso pode implicar o pagamento de horas extraordinárias e depois se calhar ainda alguém ficava com dinheiro para beber mais um café por dia!

E usando um exemplo pessoal, **será justo contabilizar como faltas os dias em que fui obrigado a fazer formação, para corrigir provas de aferição, durante dois anos seguidos, num horário determinado pelo ministério e coincidente com o meu horário lectivo, só para que não me fosse paga qualquer remuneração suplementar?** Essas 25 ou 30 aulas a que faltei em cada um dos anos equivalem, por exemplo, ao total que inicialmente o ministério considerava ser o patamar máximo para se ser elegível para titular e ter direito a ser considerado um docente com mérito. **Mas se eu faltei por ordem do ministério ainda contabilizam essas faltas e usam-nas contra mim?**

**O que me parece é que pouca gente sabe, ou faz por saber, realmente a diferença entre aulas não dadas e faltas efectivas dos docentes.** Eu sei que este ministério e esta ministra usaram de forma bem rasteira e vergonhosa esse argumento no início do ano lectivo transacto. Na altura o *Umbigo* não existia, mas eu fiz as contas com os números adiantados que já de si eram uma grosseira extrapolação de uma amostra restrita. Depois das contas feitas às faltas – que eram a tempos lectivos e não a dias como se deu a entender – **aquilo equivalia a cerca de 40 a 45 horas anuais de faltas por professor**, o que equivale a pouco mais de uma hora de falta por semana e a cinco horas (um dia) por mês com actividades lectivas. Se quiserem eu desmonto os tais alegados sete milhões num par de parágrafos.

É muito? Talvez, se atendermos a que é uma média e não uma distribuição regular por todos os docentes. **Há situações como as que descrevi que, fazendo um cálculo sério, implicam que as faltas efectivamente dadas pelos docentes sejam ainda inferiores.**

Há quem dê muito mais e injustificadamente? Pois há! Mas então quem acha que sabe que existe incumprimento dos deveres deste ou daquele docente que denuncie a situação.

Para além de que, como já referi num comentário, **a justificação da falta dada não é automática, dependendo da sua validação pelos órgãos de gestão das escolas.** É um trabalho ingrato, por certo, mas também são eles que estão em melhores condições para aferir a validade ou não do motivo invocado, e eles são agora os interlocutores directos da ministra. E alguns gostam tanto disso para o ego como os pardalitos gostam de migalhas de pão.

Mas então digam-me uma coisa, **se agora todas** (ou quase) **essas faltas são validadas como justificadas** – e algumas ao que parece, de acordo com quem tudo sabe e acusa nesta matéria, não o deveriam ser e sê-lo-ão por razões que deixo à vossa consideração – **como será quando os Conselhos Executivos ficarem blindados e houver cobertura legal para a permanência de uma casta no poder *ad eternum*, com as mãos livres para decidir a vida ou a morte das faltas da arraia-miúda, vulgo professores rasos?**

**E já agora, alguém contabilizou as faltas de quem valida as faltas?** Só por curiosidade. Será que tendem para zero? E isso será porquê? Mmmmm...? Vamos dar todos uma de ingénuos? Vamos?

*Publicado a 4 de Dezembro de 2006*

## **O ódio ao outro**

**Algo me escapa sempre que leio certas prosas inflamadas anti-professores.** Assim como me faz a chamada **espécie** o tipo de raciocínio subjacente ao ataque a todos (sejam professores ou outros profissionais) em nome do mau desempenho de alguns. Mesmo nunca tendo acreditado no mito piedoso do bom selvagem, também demorei uns bons anos a deixar de acreditar na bondade das pessoas em situações de normalidade, sem que exista uma razão muito clara para se ser mesquinho e se atirar a primeira pedra a alguém.

**Mas a sanha triste de alguns comentadores e opinadores em relação à classe docente chega a raiar a obsessão doentia.** Tudo serve para apoucar, para diminuir, para desmerecer os outros, porque **parece que há quem só se sinta alguém obrigando os outros a agacharem-se ao seu nível.** Alguns acham que por terem **sucesso**, normalmente medido por contas bancárias mais chorudas e carripanas de maior potência, para não entrar em outros detalhes mais caricatos que tenho (só) uma pontinha de pudor de aflorar, **esquecem-se das suas próprias insuficiências e da sua grunhice fundamental e essencial.**

**Normalmente, o bestunto escasso é encoberto com uma retórica aguerrida e tendendo a intimidar o outro,** sendo sacramental a atitude hipócrita de dizer «Ahhh... mas eu até tenho um amigo que é xyz», sendo que a variável foi evoluindo conforme as conjunturas e circunstâncias. **Acredito que o fundador desta tendência tenha sido um Neanderthal que depois de ter esmagado o crâneo a meia dúzia de outros hominídeos mais fraquinhos, terá grunhido algo equivalente a «ahhh... mas até tenho uns *Australopithecus* conhecidos lá à esquina onde vivo»,** sendo que um dos seus herdeiros poderá ter sido um simpático nazi que após a Noite de Cristal, medianamente incomodado com o cheiro do fumo, suspirou um «mmmm, mas o meu padeiro até é um judeu simpático».

**Este tipo de atitude condescendente, paternalista, que nem sempre consegue sequer mascarar a profunda intolerância que vai em certas almas, renasce sempre que cheira a disputa em que a distribuição dos poderes está claramente desequilibrada.** Pois, porque esta nata da nata tenta sempre estar do lado que lhe surge como sendo o **mais forte** e deita as garras de fora, por trás do brutamontes que ameaça o **lingrinhas** oculista no pátio para lhe ficar com o lanche, argumentando que o lanche dele é demasiado bom para um mero **lingrinhas** oculista.

Não vou estar com rodeios, nem fingir que isto não tem destinatário, porque isso seria ser tão cínico e hipócrita como aqueles que estou a criticar. Pelo *Umbigo* passam com maior ou menor regularidade, **alguns destes adeptos do bullying social e profissional,** que se acoitam na retaguarda do ministério da Educação que temos, **brandindo os varapaus afiados para conduzir os professores ao redil,** aproveitando a onda que

passa. Não percebo o que ganham com isso, para além de uma qualquer compensação psicológica por um trauma passado ou uma neurose mal resolvida, tendo-se verificado um qualquer fenómeno de *transfer* que nos calhou em azar.

Para mim, e **não sei se serei ofensivo mas a ideia é mesmo sê-lo**, não me incomodam as opiniões contrárias às minhas mas aquelas que apenas visam denegrir o próximo, a eito, só porque partilham uma determinada identidade; **dão-me uma certa náusea intelectual, admitindo que, como professor, me permitem achar que ainda sou dotado de intelecto**. Não me interessa se dizem ou escrevem «mas veja lá, isto não é nada pessoal, você até parece ser assim e assado» ou o tal autojustificativo «mas eu até tenho bons amigos professores». **Isso não chega para abafar o vómito, muito pelo contrário**. Já lá dizia um tipo alemão que viveu há muito tempo e que parece que até era comunista, um Bertold qualquer coisa, que primeiro levaram uns e uma pessoa não nota muito, depois levaram os outros e encolhem-se os ombros, mas que só quando nos calha a nós é que damos por isso. Sei que a citação correcta não é assim, mas quero disfarçar a erudição, para que não me distingam da maralha e me tratem como uma excepção e me excluam do extermínio desejado e anunciado.

Nestes casos, como em outros, prefiro estar do lado dos acossados a ter de pactuar com os esbirros. Feitios, sei lá...

*Publicado a 5 de Dezembro de 2006*

## **A violência nas escolas não existe e nunca existiu**

No *Expresso* de hoje, com direito a destaque e foto na primeira página, vem uma matéria bastante condensada sobre a violência nas escolas. **O texto, embora curto, é bom e toca em muitos pontos interessantes, que infelizmente não desenvolve**. Quase tudo o que lá surge referenciado em matéria de violência, criminalidade e outros desmandos que vão existindo já os conheci praticamente todos em directo e a cores, assim como por testemunhos directos de quem se viu como protagonista indesejado de situações rocambolescas.

As autoras da matéria **referem, e muito bem, que a violência já não choca, apenas a sua banalidade e gratuidade.** E essa é uma realidade com que precisamos de lidar, dentro e fora da escola, porque muitas vezes as proximidades dos estabelecimentos de ensino são palcos para confrontos de grupos cujas disputas são importadas de bairros envolventes e mais ou menos distantes.

Ao longo dos meus anos de ensino, leccionei sempre ou em zonas altamente problemáticas ou paredes-meias com elas. Actualmente sou efectivo (por opção e não por empurrão) numa escola que pertence a um TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) por estar numa zona socialmente complicada, sendo que uma das escolas identificadas na peça jornalística como das mais problemáticas do país fica apenas a algumas centenas de metros de distância da minha e os seus alunos por vezes são vizinhos de rua e quarteirão dos nossos, bem como vários amigos meus são lá professores, quase todos também por opção e convicção e não por pára-queda. Escrevo, pois, sobre o que vi ou que sei em primeira mão, e não por leituras académicas e estudos de números coligidos e analisados num gabinete adequadamente climatizado.

Indo ao concreto, curiosamente, presenciei e fui obrigado a lidar, em diferentes circunstâncias e papéis, com situações bem mais complicadas em escolas teoricamente localizadas em zonas mais **seguras. A extorsão de alunos mais novos com base na coacção, a violência verbal e psicológica gratuita sobre colegas e funcionários, o absoluto desrespeito e a agressão a docentes não é para mim qualquer novidade.** Fui professor e director de turma de alunos que já tinham passado ou viriam a passar por situações de criminalidade mais ou menos graves. Felizmente, até ao momento não tenho razão pessoal de queixa mas muitos episódios para contar. Digamos que é uma experiência **no terreno** que por vezes dá origem a algumas reflexões entre colegas, mas claro que sem cunho **científico** e caução académica, porque, como sabemos, aos docentes do Ensino Básico não parece ser reconhecida tal capacidade, a menos que sejam cooptados para qualquer Observatório, Grupo de Trabalho ou organismo semelhante.

**Por isso é que acho especialmente lastimável, a roçar o patético mesmo** – e esta é uma opinião que manteria sem problemas em debate fundamentado com o próprio –, **o texto de opinião do sociólogo do**

ISCTE (lá está, de onde mais poderia ser...) **João Sebastião, pelos vistos coordenador do Observatório de Segurança nas Escolas**, que acompanha esta matéria e que tenta desarmar o discurso que qualifica de «alarmista» em torno da segurança nas escolas. **Afirma ele que tanto apresentar casos isolados de violência como descrever a violência em algumas escolas como sendo uma norma de vida é algo que «contribui para o crescimento do sentimento de insegurança das famílias».** Pois, este é o tipo de constatação óbvia e inatacável, porque, ao que parece, tanto individualizar como generalizar são métodos errados de apresentar a coisa. Pelos vistos, silenciar deverá ser a estratégia correcta para evitar o «alarme». Deus nos livre «alarmar» as pessoas com algo que, em particular ou em geral, existe e está à vista de todos. Mais vale deixar «alarmados» mas em silêncio as vítimas e testemunhas do que se passa. O que interessa é não alarmar as famílias, mesmo que os seus filhos passem situações de puro pânico.

Depois disto, o sociólogo João Sebastião, continua no segundo parágrafo do seu texto com uma argumentação especialmente flexível e zigzagueante, mas sempre sem perder o norte em relação à prevenção contra o «alarme». Primeiro afirma que «este alarme social» parece não ter «base em dados concretos que as situações de violência em meio escolar tenham assumido uma grande dimensão ou estão fora de controlo».

Pois, realmente fora de controlo não estarão, tal como um fogo depois de iniciado e tendo passado apenas um par de horas ainda não está descontrolado. Mas será isso razão para dizer que não há fogo? **E a partir de que patamar é que se define a tal «grande dimensão» e o «fora de controlo»?** Quando já não houver remédio? Será que só deve haver preocupação quando se der algo parecido ao que tem acontecido em França? Quantos autocarros queimados serão necessários para sentirmos uma pontinha de «alarme»? Dois, uma dezena? Ou será melhor calculá-los *per capita* para sermos mais rigorosos?

Mas o opinador continua, reconhecendo que afinal até existe violência nas escolas e que isso justifica uma «intervenção específica» por parte do ME, o que terá levado à reformulação do projecto Escola Segura e à promoção do programa dos TEIP. Isto é interessante porque os TEIP há muito que existem e o projecto Escola Segura tem as suas vantagens

mas é incapaz de, com os meios que tem, intervir num confronto entre dezenas de jovens como um ou outro a que assisti a uma dezena de metros de uma escola onde leccionei há meia dúzia de anos.

Para além de que nem sempre está presente e em situação de impedir a entrada na escola de um ou mais indivíduos armados para agredirem alunos ou docentes. **E isso acontece, infelizmente, mesmo que admiti-lo possa levar à existência de algum «alarme» a certas almas.**

Mas claro que **a pérola final da retórica sociológica de João Sebastião é fazer repousar a responsabilidade do combate à violência nas escolas**, exclusivamente nas escolas, que devem desenvolver «**modos de organização, estratégias de intervenção e uma atitude pró-activa**» para evitar situações de violência. Afirma-se inclusivamente que estes problemas raramente são assuntos de polícia – não sei o que será a tentativa de um aluno agredir outro com arma branca no recinto escolar ou fora dele, ou atentados contra a integridade dos automóveis dos docentes ou **esperas** à saída da escola por encarregados de educação com ameaças – e nem uma palavra é usada para justificar a necessidade de uma intervenção no ambiente exterior às escolas para desarmadilhar ou descomprimir as situações de tensão social que envolvem muitas delas, como o tráfico de droga, a vulgarização dos roubos a alunos fora do recinto escolar ou aos automóveis, etc., etc.

Ou seja, **a violência nas escolas é apresentada por João Sebastião em três parágrafos como sendo um problema da escola e que ela deve resolver, como se fosse uma cápsula no espaço e no tempo, isolada de tudo o que há em seu redor.** Quanto ao resto, **o ministério já fez o que devia fazer** (claro, claro, claro...) e só no final se fala da necessidade de criar redes locais para análise do problema, mas no sentido de diferenciar «o que é violência urbana e o que resulta do fenómeno escolar propriamente dito», como se fosse possível fazer isso num largo espectro de situações. Se alguém discute por uma questão de namoradas e acaba por provocar uma luta de *gangs* frente à escola ou se um pequeno conflito numa fila do bar acaba com graves agressões no exterior, muitas vezes dos próprios encarregados de educação, explique-me o estudioso mais sofisticado, por favor, **onde está a fronteira que diferencia «violência urbana» de «violência escolar»?** Nesta altura já não estamos a falar de

um par de chapadas por causa do furto de uma esferográfica. Essa fronteira já foi ultrapassada há muito.

**Mesmo sendo um texto de opinião num jornal e com apenas algumas dezenas de linhas, esta mensagem é profundamente errada porque volta a colocar a pressão quase em exclusivo na escola, desresponsabilizando todos os outros actores em presença.** Se é para isto que precisamos do Observatório da Segurança nas Escolas e de um coordenador para o dito, só peço que me digam quanto dinheiro é gasto para chegar a este tipo de platitudes discursivas.

*Publicado em 8 de Dezembro de 2006*

## **Sombras sobre a educação – A territorialização**

Um dos aspectos de que mais se fala em matéria de **reconfiguração** do sistema educativo passa pela chamada **territorialização da Educação e do reforço das responsabilidades e competências das autarquias nesta matéria.**

Não poderia estar em maior desacordo, por muito que o próprio presidente da República venha agora afirmar que o poder local deve entrar numa fase de «maturidade política».

**O problema é que a maioria do poder local ainda não entrou nesse estado de maturidade** e, em muitos casos, demasiados mesmo, ainda luta com muita acne juvenil e as autarquias não passam de comissões de obras (como, num rasgo de lucidez, lhes chamou hoje Miguel Sousa Tavares) e de agências de emprego para detentores do cartão certo.

Em especial nos municípios mais populosos do litoral urbano, onde a rede escolar se encontra sob maior pressão, se a territorialização significar municipalização então é uma autêntica caixa de Pandora que se vai abrir. A minha experiência como técnico autárquico já é muito remota, mas eu bem me lembro de como as coisas (não) eram feitas nos primeiros tempos da transferência de competências do Estado.

**O poder local já deveria estar mais maduro? Pois deveria! Mas não está.** Ou então está como excepção. O exemplo singular de Lisboa, onde,